

SIGNIFICADO EM MOVIMENTO

Meaning in Motion

Jeroen Groenendijk*

Martin Stokhof*

Traduzido por Luiz Arthur Pagani (UFPR)

1. O DESENVOLVIMENTO DA SEMÂNTICA FORMAL

O primeiro impulso em direção à semântica formal, no sentido moderno do termo, foi dado pelas obras de Frege, de Russell e de Wittgenstein. Há uma clara relação particularmente entre as obras de Frege e a semântica intensional (“mundos possíveis”) moderna, uma relação que foi estabelecida nos anos 1950 e 1960 por Carnap, Church, Hintikka, Kripke e outros. A primeira aplicação sistemática da semântica intensional à análise de línguas naturais aparece nas obras de Kaplan, Lewis e, em particular, Montague, no começo dos anos 1970. Surgiu então um novo campo de pesquisas, que permanece fértil até os dias atuais, ainda que não mais na forma “ortodoxa” da gramática de Montague.

Paralelamente a este desenvolvimento, mas por muito tempo independentemente dele, avanços completamente diferentes eram obtidos na filosofia da linguagem, e eles começam agora a afetar a semântica formal. A semântica dinâmica pode ser considerada como uma tentativa de se apropriar de alguns deles, integrando-os numa noção de significado mais ampla.

O surgimento da semântica formal no começo do século XX pode ser entendido como uma tentativa de desenvolver uma noção de significado abrangente o suficiente para resolver uma série de problemas. O primeiro

* ILLC/Departamento de Filosofia. Faculdade de Humanidades. Universidade de Amsterdam.

deles seria o da intencionalidade, que retornou aos debates filosóficos devido a Brentano. De um ponto de vista antipsicológico, é de fundamental importância dar conta da estrutura intencional do significado sem recorrer a estados mentais¹. A insistência de Frege na objetividade da sua noção de sentido (“Sinn”), que também é alicerçada na sua rejeição do psicologismo na filosofia da matemática, pode ser considerada como uma tentativa de resolver esta questão. O sentido deve ser concebido como algo “direcionado” a um domínio externo, extralinguístico. A delimitação do sentido como “a maneira pela qual a referência é apresentada” (“die Art des Gegebenseins der Bedeutung”) torna isso evidente: a função do sentido é a de determinar algo (a referência) na realidade. E o uso de uma expressão com um determinado sentido herda essa direcionalidade. Contudo, e Frege nunca se cansou de ressaltar isso, o sentido não pode ser analisado em termos de atos ou conteúdos mentais individuais. Ainda que qualquer uso concreto de uma expressão (tanto ativamente, no proferimento, quanto passivamente, na compreensão) constitua um ato mental de apreensão de seu sentido, aquilo que é apreendido num ato como este é essencialmente independente dele: os sentidos são objetivos^a.

A distinção entre sentido objetivo e referência na realidade também cumpre um outro papel: isto torna o significado uma noção essencialmente cognitiva. Apreender o sentido de uma sentença é apreender um pensamento objetivo, e um juízo, segundo Frege, é “a progressão de um pensamento para um valor de verdade”. Em outras palavras, o conhecimento tem dois lados: ele consiste em apreender um conteúdo específico, que é independente de como é o mundo, e na identificação da verdade ou falsidade efetiva deste conteúdo. Portanto, ao separar sentido e realidade fatural, ainda que relacionando ambas deste modo específico, Frege viabiliza uma explicação sobre o conteúdo informativo dos juízos, isto é, sobre o fato de que uma sentença da qual conhecemos o sentido ainda pode nos fornecer informações novas^b.

¹ Esta origem comum de duas tradições divergentes – a da filosofia analítica e a da fenomenologia – tem estado ultimamente no centro das atenções. Para uma introdução acessível, ver Dummett (1993).

^a (As notas cujas chamadas são feitas com letras minúsculas, como esta, são notas do tradutor; as notas do texto original têm suas chamadas em números.) Na concepção de Frege, o que é objetivo é a referência, o sentido seria intersubjetivo: “A referência de um nome próprio é o próprio objeto que por seu intermédio designamos; a representação que dele temos é inteiramente subjetiva; entre uma e outra está o sentido que, na verdade, não é tão subjetivo quanto a representação, mas que também não é o próprio objeto” (FREGE, 1892, p. 65, na tradução brasileira de Paulo Alcoforado).

^b Para ilustrar um pouco mais esta separação, podemos lembrar o exemplo do próprio Frege, mas que ele usa para outra coisa: *Quem descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias morreu na miséria*; se identificássemos o significado apenas com os objetos do mundo, seria difícil explicar como um falante de português consegue entender esta sentença mesmo sem saber quem foi o descobridor da órbita elíptica dos planetas – ou seja, mesmo os que não sabem que foi Kepler quem morreu na miséria diriam que esta sentença é incompreensível. Em relação à capacidade informativa,

Isto também permite uma análise dos juízos condicionais: como o sentido é independente da realidade fatural, podemos empregar as sentenças para descrever situações não fatuais. Mas observe que isto exige que o sentido determine a referência de uma maneira específica, isto é, através de suas características não contingentes^c.

Assim, o sentido é uma noção que desempenha diversos papéis. Semanticamente, ele determina a referência das expressões; cognitivamente, ele dá conta do conteúdo informativo dos juízos; e metafisicamente, ele caracteriza a natureza da referência². A combinação destes três papéis transforma o sentido em algo que dá uma determinação objetiva e cognitivamente relevante de um estado possível do mundo, e que pode então servir como significado das sentenças que representam juízos sobre a realidade tanto fatural quanto não fatural.

Há ainda um outro aspecto desta noção fregeana de sentido que merece ser mencionado aqui, que é seu caráter “individualístico”. O sentido é concebido de forma que ele pode oferecer uma explicação da competência semântica de cada um dos usuários da língua: o sentido é algo que os usuários competentes da língua têm à sua disposição.

Outra característica da semântica formal da época de Frege, Russell e Wittgenstein é a distinção entre forma lógica e forma gramatical. Em seu *Begriffsschrift*, Frege apresentou uma análise bem sucedida dos juízos relacionais assumindo que, apesar desses juízos exibirem gramaticalmente a forma de sujeito e predicado, na qual se atribuem funções diferentes para sujeito e objeto direto, de um ponto de vista lógico ambos os argumentos de um juízo estão no mesmo nível. A teoria da descrição de Russell também se apoia nesta distinção: no *Tractatus*, Wittgenstein arma que “o mérito de Russell é ter mostrado que a forma lógica aparente da proposição pode não ser sua forma lógica real” (4.0031)^d. Esta separação entre gramática e lógica criou um vão entre as abordagens filosóficas e linguísticas, e foi apenas nas obras de pessoas como Davidson e Montague, no começo dos anos 1970, que se tentou eliminar esse vão^e.

o exemplo mais explicativo me parece ser o de Russell, segundo o qual a sentença *Scott é o autor de “Waverley”* é informativa, mesmo que *Scott* e *o autor de “Waverley”* tenham a mesma referência (já não seriam informativas as sentenças *Scott é Scott* e *O autor de “Waverley” é o autor de “Waverley”*; para Frege, os exemplos são, respectivamente, $a = b$ e $a = a$.

^c Ou seja, isso significa que o sentido precisa especificar as condições necessárias e suficientes para que uma sentença seja verdadeira ou falsa.

² Para uma discussão extensa, ver Salmon (1982, capítulo 1).

^d Este trecho foi extraído da tradução brasileira de Luiz Henrique dos Santos, editado pela EDUSP, p. 165.

^e Uma das principais contribuições de Montague, por exemplo, foi a unificação dos tratamentos para os sujeitos de sentenças como *Pedro corre* e *todo homem corre*. Depois de Russell, ficou claro para os lógicos que estas sentenças, apesar de apresentarem ambas a estrutura de sujeito

Nesse sentido, ainda uma outra questão, que durante muito tempo determinou nossa concepção da relação entre significado e forma (gramatical), deve ser mencionada: a do princípio da composicionalidade, que estabelece que o sentido e a referência de uma sentença são respectivamente determinados pelos sentidos e pelas referências de suas partes constituintes. Isto suscita uma visão notadamente atomista do significado, segundo a qual as palavras são os veículos primários do significado e os significados das sentenças são determinados pelos significados de suas partes constituintes.

Como mencionamos acima, a semântica intensional, na forma como ela foi desenvolvida nos anos 1950 e 1960, pode ser considerada como a herdeira destas primeiras análises do significado. Apesar do fato dela ter demonstrado um considerável valor filosófico e linguístico, ainda restam alguns problemas que levaram a significativas modificações e a abordagens alternativas. A seguir, comentaremos brevemente algumas delas, e depois consideraremos em que sentido a semântica dinâmica pode ser considerada como uma tentativa de resolver esses problemas.

Um dos aspectos mais proeminentes do significado das línguas naturais que não pode ser completamente explicado dentro de uma semântica fregeana é a contextualidade dos proferimentos e de sua interpretação. Dando prosseguimento a uma longa tradição filosófica e devido a seu foco de interesse inicial (a saber, a análise dos juízos matemáticos), a abordagem de Frege servia para aquilo que Quine depois viria a chamar de “sentenças eternas”: juízos que apresentam um conteúdo e, além disso, um valor de verdade que independem das circunstâncias em que são proferidos. A concepção platônica de Frege sobre a natureza e o estatuto dos objetos matemáticos se reflete de modo similar no sentido: o pensamento expresso por uma sentença é eterno e sua verdade é fixa. Com certeza, Frege tinha consciência de que uma noção de sentido como esta não se adequaria bem a algumas partes das línguas naturais, e ele chegou a comentar essa questão em seu “Der Gedanke”. Sua solução foi evitar a indicialidade assumindo que proferimentos diferentes de uma sentença indicial expressavam juízos

e predicado, devem ser tratadas semanticamente de formas bastante diferentes: a primeira pode, por exemplo, ser parafraseada por uma fórmula da teoria de conjuntos como $p \in C$ (o indivíduo cujo nome é *Pedro* pertence ao conjunto dos indivíduos que estão correndo); já a segunda não, ela precisaria ser parafraseada por uma fórmula com outra estrutura, como $H \subseteq C$ (o conjunto dos indivíduos que são homens é subconjunto do conjunto dos indivíduos que estão correndo). O que Montague conseguiu foi mostrar que, apesar da segunda não poder ser tratada como a primeira, a primeira pode ser tratada como a segunda: uma alternativa para *todo homem corre* é conceber *todo homem* denotando um conjunto de conjuntos, de forma que a sentença toda diz que o conjunto dos indivíduos que estão correndo pertence ao conjunto de conjuntos de indivíduos denotado por *todo homem*; assim, *Pedro* também pode ser transformado (por uma regra conhecida como alçamento de tipo) num conjunto de conjuntos de indivíduos que determinam as suas propriedades, e portanto a sentença *Pedro corre* também pode ser entendida como se se dissesse: o conjunto dos indivíduos que estão correndo pertence ao conjunto de conjuntos de indivíduos aos quais Pedro pertence.

diferentes^f. Desse modo, Frege aderiu a uma das características do sentido que observamos acima: separado da realidade efetiva, o sentido pode ser relacionado a situações não efetivas.

Contudo, a solução de Frege não é completamente satisfatória. Isto fica demonstrado através de dois problemas. Em primeiro lugar, sua solução não dá conta do fato de que, ainda que diferentes enunciações de uma sentença indicial como “Eu estou com fome” possam apresentar diferentes conteúdos, elas sempre têm exatamente o mesmo significado. Enunciações diferentes de uma sentença como esta expressam pensamentos diferentes quando enunciadas por falantes diferentes, no entanto, intuitivamente, elas apresentam um significado que se mantém constante em todas as enunciações diferentes. Aparentemente, o significado destas sentenças não pode ser igualado ao seu conteúdo cognitivo. Kaplan deu uma explicação deste fenômeno no âmbito da semântica intensional, usando sua célebre distinção entre “character” e “conteúdo”. Um segundo defeito da análise de Frege foi explicitado nas investigações sobre a referência direta, de Putnam, de Kripke e de outros. Segundo estes autores, algumas expressões, como os termos de espécies naturais e os nomes próprios, não referem indiretamente, ou seja, através de seu sentido, mas eles se relacionam imediatamente com suas referências. A referência destas expressões não é mediada por um conteúdo cognitivo, mas é determinada de modo causal, por mecanismos do domínio da referência.

Estas observações afetam uma das raízes da semântica intensional clássica: o sentido não é uma noção que dá conta tanto do conteúdo cognitivo das expressões quanto da sua função referencial. Estes dois papéis foram separados, e o significado, enquanto conceito geral, deixou de ser unificado.

Como comentamos acima, uma das tarefas assumidas pela semântica fregeana foi a de explicar adequadamente a intencionalidade do significado. Existem vínculos estreitos entre a noção fregeana de sentido e a noção husserliana de análise do significado (linguístico)³. Alguns aspectos da perspectiva de Husserl podem ser formalmente explicados no sistema da lógica epistêmica de Hintikka, que é fundamentada em princípios fregeanos⁴. Mas esta análise tem um escopo restrito: por exemplo, ela não dá conta das intenções comunicativas que, segundo alguns, estão intrinsecamente ligadas ao significado linguístico. A tentativa de Grice para definir integralmente o

^f Estou traduzindo como *indicialidade e sentença indicial* o que no original são, respectivamente, *indexicality e indexical sentence*; estes termos remetem implicitamente a um artigo de Bar-Hillel (1954) e também estão normalmente associados à noção de dêixis.

³ Ver Føllesdal (1982) e McIntyre e Smith (1982). Cf. também o já mencionado Dummett (1993).

⁴ Ver McIntyre e Smith (1982).

significado linguístico em termos de intenções comunicativas eventualmente falha, mas ela nos revela as limitações intrínsecas da noção tradicional do significado. Novamente, o significado deixa de ser uma noção com uma estrutura uniforme, tornando-se uma noção multifacetada: tanto intenção quanto convenção desempenham o seu papel nela. Estas reflexões formam a base da moderna teoria dos atos de fala⁵. Uma crítica ainda mais radical do paradigma clássico aparece na última obra de Wittgenstein. Porém, como suas concepções sobre o significado não resistem a uma formalização sistemática, suas implicações para a estrutura e para o conteúdo de uma teoria semântica dificilmente são consideradas pela semântica formal.

Outra noção igualmente compartilhada por Frege, por Russell e pelo primeiro Wittgenstein, a distinção entre a forma gramatical e a forma lógica, acabou se revelando um obstáculo para a aplicação de suas descobertas à semântica linguística, pelo menos por algum tempo. Como observamos acima, tivemos que esperar até o começo dos anos 1970 até que, inspiradas pelos desenvolvimentos da sintaxe formal, algumas pessoas começassem a desenvolver modelos de gramática nos quais a semântica formal e a sintaxe formal estivessem relacionadas de maneira sistemática. O fato de que uma outra descoberta de Frege, o princípio da composicionalidade, tenha exercido aqui um papel fundamental é uma destas ironias às quais a história parece gostar de voltar recorrentemente.

No final das contas, o quadro que emerge destas observações, admitidamente sumárias, que se apresenta a seguir. A semântica clássica concebe o significado primariamente como uma noção cognitiva, independente da realidade efetiva, fundamentada na convenção e abstraída de características funcionais, tais como o seu papel na comunicação. Ela é atomística, de forma que os portadores primários de significado são as palavras, que estão em relação referencial com a realidade extralinguística. E ela é individualística, já que a compreensão do significado é o que caracteriza a competência semântica individual.

Evidentemente, não estamos negando aqui que a abordagem clássica tenha muitos, e grandiosos, méritos. Contudo, tanto de um ponto de vista filosófico quanto dentro do contexto de sua aplicação à teoria linguística, suas limitações se tornaram tão evidentes quanto esses méritos. Sendo assim, a semântica dinâmica pode ser vista como uma tentativa modesta de superar algumas destas deficiências. Ela pode nos conduzir não apenas a uma noção de significado que seja teoricamente mais fundamentada, mas também a uma teoria que seja empiricamente mais adequada.

⁵ Ver Searle (1983), onde estados intencionais e ato de fala são analisados de forma semelhante.

2. INTERPRETAÇÃO DINÂMICA E SEMÂNTICA DINÂMICA

2.1. CONTEXTO E INTERPRETAÇÃO

Dentro da tradição fregeana, o significado de uma sentença é (frequentemente) equiparado às suas condições de verdade: saber o que uma sentença significa é saber em que circunstâncias ela é verdadeira ou falsa⁶. Em abordagens mais recentes⁷, contudo, o significado de uma sentença é identificado com seu potencial para mudar o contexto: saber o significado de uma sentença é saber como ela muda um contexto.

A diferença em relação à semântica intensional fregeana não se sustenta primariamente no fato de que a natureza dependente do contexto atribuída à interpretação passa a ser relevante. Como vimos acima, ainda que a abordagem original de Frege não lidasse com a indicialidade de maneira natural, algumas modificações já foram propostas para que fatores contextuais fossem sistematicamente integrados. Geralmente, as condições de verdade são estabelecidas em relação tanto a um modelo do mundo, quanto a alguns outros parâmetros que fornecem informações contextuais, como o tempo e o lugar do proferimento, sua fonte e seu destinatário, e outras características possíveis da situação de proferimento⁸.

O que é novo é o foco na *alteração* do contexto: a interpretação não apenas *depende* do contexto, mas também *cria* o contexto. É por isso que as abordagens mais atraentes são frequentemente apresentadas como “dinâmicas”. Ao considerar tanto a dependência quanto a alteração do contexto, as abordagens dinâmicas para a interpretação se defrontam com o círculo hermenêutico. Obviamente, não é a observação da interdependência entre o contexto e a interpretação que é original, mas sim sua incorporação a um empreendimento formal⁹.

⁶ Formulado em termos de condições de verdade, esse quadro parece inerentemente restrito às sentenças indicativas. No entanto, a semântica intensional permite uma aplicação mais ampla. Ela também pode ser usada para caracterizar o significado de outros tipos de sentenças. Por exemplo, de modo análogo, o significado de uma sentença interrogativa pode ser equiparado às suas condições de “responsabilidade”: saber o que uma sentença interrogativa significa é saber que circunstâncias tornam uma resposta pertinente. (Ver Groenendijk e Stokhof, 1997, sobre mais argumentos e uma visão panorâmica.)

⁷ Como na semântica de teoria de jogo (*game theoretical semantics* – Hintikka, 1983; Hintikka e Sandu, 1997), na teoria de representação do discurso (*discourse representation theory* – Kamp, 1981; Kamp e Reyle, 1993), na semântica de alteração de arquivo (*file change semantics* – Heim, 1982, 1983), na semântica de atualização (*update semantics* – Veltman, 1996) e na semântica dinâmica (Groenendijk e Stokhof, 1991; Chierchia, 1995).

⁸ Na tradição da semântica formal, esse desenvolvimento está associado ao trabalho pioneiro de Montague, Kaplan, Lewis e Cresswell. (Partee e Hendriks, 1997, oferecem uma longa apresentação desta tradição.)

⁹ O presente texto, sendo de natureza informal, não faz justiça a isto. Mas algum suporte formal para os conceitos introduzidos aqui de modo informal podem ser encontrados em

Uma análise do modo pelo qual o contexto é (des)construído e usado é particularmente relevante se estivermos interessados na análise do discurso, no sentido amplo do termo, ou seja, incluindo texto, diálogo etc. Este é o segundo ponto em que a abordagem dinâmica rompe com a tradição fregeana. Nesta, o ponto de partida é a interpretação de sentenças únicas. A semântica dinâmica, por sua vez, começa com unidades maiores. A observação de que, quase sempre, a interpretação de uma sequência de sentenças não pode ser simplesmente equiparada à interpretação da conjunção lógica de seus componentes, novamente, está longe de ser original. No entanto, não atiramos mais questões como estas na lata do lixo da pragmática, considerando-as decorrentes de princípios pragmáticos gerais que não fariam parte da semântica. Ao invés disso, elas são consideradas noções centrais da semântica e, portanto, sobre o significado. Esta sim pode ser considerada uma inovação.

2.2. CONTEXTO E INFORMAÇÃO

Se nos restringirmos a discursos meramente informativos, podemos conceber a alteração de contexto como alteração de informação. Neste sentido restrito, a interpretação de um discurso se torna um processo incremental[§] de atualização de informações. Um contexto pode ser identificado com um estado informacional, e o significado de uma sentença pode ser caracterizado como uma função de atualização dos estados informacionais¹⁰.

Groenendijk, Stokhof e Veltman (1996a, 1996b). Cf. também Muskens, van Benthem e Visser (1997) para uma apresentação recente de aspectos lógicos da teoria.

[§] O termo *incremental* normalmente é associado à linguística computacional, mais especificamente à psicolinguística computacional, na qual normalmente designa-se um tipo de processamento intermediário entre o serial e o paralelo. No processamento serial, cada módulo de processamento executa integralmente todas as suas tarefas antes de passar o processamento para o módulo seguinte; no processamento paralelo, todo o processamento ocorre distribuída e concorrentemente, em muitos casos nem fazendo muito sentido falar de módulos de processamento; no processamento incremental, cada unidade mínima de processamento de um módulo (ao contrário do serial, que opera com unidades máximas), assim que reconhecida, é passada para o próximo módulo de processamento, de forma que o módulo anterior continua procurando outra unidade mínima enquanto o módulo seguinte já está também executando as suas tarefas – nesse sentido, às vezes, fala-se em processamento concomitante. Para esclarecer um pouco mais o termo, talvez valha aqui uma citação de Crocker (1996, p. 4) [em minha tradução]: “A noção de incrementalidade decorre, em parte, da ideia intuitiva de que as pessoas parecem entender os proferimentos assim que eles são ouvidos, aparentemente palavra a palavra, ao invés de esperar por limites sentenciais, oracionais ou sintagmáticos. Ou seja, nós não apenas recuperamos os referentes semânticos de cada palavra individualmente, mas também atribuímos rapidamente uma estrutura gramatical para a entrada, assim que as palavras são encontradas, de forma que uma interpretação semântica composicional pode ocorrer imediata e incrementalmente.”

¹⁰ Esta perspectiva é assumida, por exemplo, na semântica dinâmica, na semântica de atualização e em algumas versões da semântica de alteração de arquivo. Como ficará claro em breve, a teoria de representação do discurso incorpora uma perspectiva diferente.

A informação normalmente é parcial, e não precisa ser correta: não sabemos tudo o que há para se saber, e parte daquilo que acreditamos que sabemos não é verdade. Uma das maneiras para se modelar as informações é conceber um estado informacional como um conjunto de possibilidades, mais especificamente, as possibilidades que se mantêm abertas de acordo com as informações. Se as informações dizem respeito ao “mundo”, um estado informacional pode ser identificado com um conjunto de mundos possíveis, mais especificamente, aqueles mundos que forem compatíveis com nossas informações (parciais). Cada um desses mundos representa uma condição diferente na qual o mundo real poderia estar de acordo com o desenrolar das informações. Desta perspectiva, o acréscimo de informações sobre o mundo acarreta a eliminação de determinadas possibilidades. Se um estado informacional é atualizado através de uma sentença, os mundos nos quais aquela sentença é falsa são eliminados, restando apenas os mundos nos quais aquela sentença for verdadeira¹¹.

Observe que a interpretação dinâmica estava sendo definida até aqui em termos de condições de verdade: se este fosse o quadro correto e completo, não haveria por que substituir a noção tradicional de significado como conteúdo de condições de verdade pela noção dinâmica de potencial para alteração de informação. Esta última poderia simplesmente ser definida a partir da outra¹².

No entanto, existem diversos motivos para se armar que o conteúdo de condições de verdade não é a noção básica que lubrifica as engrenagens do mecanismo de interpretação. Um dos motivos é o que segue¹³. Considere o contraste entre o par mínimo a seguir (encontrado por Barbara Partee):

(1) Eu deixei cair dez bolas de gude e encontrei todas elas, exceto uma. Ela provavelmente está debaixo do sofá.

(2) Eu deixei cair dez bolas de gude e encontrei apenas nove delas. ??Ela provavelmente está debaixo do sofá.

As primeiras sentenças em (1) e (2) são equivalentes em relação às suas condições de verdade: elas fornecem as mesmas informações sobre

¹¹ Esta abordagem “eliminatória” para o modelamento e para a alteração das informações possui ancestrais ilustres, já aparecendo nos primeiros trabalhos de Hintikka sobre as modalidades e a lógica epistêmica.

¹² Este é, basicamente, o caminho trilhado nas primeiras obras sobre alteração de contexto e sobre pressuposição, tais como as de Stalnaker e, um pouco depois, de Gazdar.

¹³ Outros argumentos, que não envolvem as relações anafóricas, estão relacionados a pressuposição, modalidade, condicionais e contrafatuais, predisposições (*defaults*), tempo e aspecto, pluralidade, e perguntas e respostas. Para uma discussão e várias referências, ver Muskens, van Benthem e Visser (1997). Uma introdução que se concentra no impacto da semântica dinâmica sobre a linguística empírica é Chierchia (1995).

o mundo. Portanto, se o significado fosse identificado com o conteúdo de condições de verdade, elas deveriam ter o mesmo significado. Ao mesmo tempo, contudo, pode-se observar que enquanto a continuação com a segunda sentença em (1) não é problemática, a mesma continuação não é adequada em (2)¹⁴. Só podemos concluir que as duas primeiras sentenças têm significados diferentes e que, portanto, conteúdo de condições de verdade e significado não podem ser equivalentes.

A partir do ponto de vista da semântica dinâmica, estas duas sentenças diferem no modo como elas alteram as informações. Porém, o que está em questão nestas sentenças não é a informação sobre o mundo em si, já que seus conteúdos de condição de verdade são os mesmos, mas um outro tipo de informação que é transmitido através do discurso. Aparentemente, os estados informacionais não dizem respeito apenas ao mundo descrito pelo discurso, mas também ao próprio discurso. Portanto, o significado não visa apenas a uma realidade extralinguística, mas também engloba elementos que, num certo sentido, são “autorreferenciais”. Não é apenas o que é descrito que pertence ao significado e que exerce um papel no processo de interpretação, mas também a forma como isso é feito.

2.3. INFORMAÇÃO E REPRESENTAÇÃO

Uma característica geral das teorias dinâmicas da interpretação é que o significado é concebido pelo potencial para alteração de contexto. Se nos limitarmos apenas ao uso informativo da língua, podemos igualar contexto com informação. E os exemplos das bolinhas de gude servem para demonstrar que a informação envolve mais do que apenas informação sobre o mundo.

A ideia geral da interpretação dinâmica também permite uma outra perspectiva sobre o contexto, que passaremos a esboçar agora. Nos referiremos a ela como a “perspectiva representacional”. Ela situa a dinâmica do processo de interpretação na construção incremental (passo a passo) da representação do conteúdo semântico de um discurso. Esta representação constitui o contexto para a interpretação da próxima sentença. A contribui-

¹⁴ Observe que, se houver uma pausa entre os dois proferimentos, então a sequência em (2) se torna tão aceitável quanto a de (1). O “efeito pragmático” das duas primeiras sentenças é absolutamente o mesmo em todos os aspectos: nos ajoelharíamos e ajudaríamos a procurar pela bola de gude perdida. O que é impressionante é que precisaríamos primeiro começar a nos agachar para tornar coerente a segunda sentença em (2), enquanto que no caso de (1) ela já está adequada antes mesmo de começarmos nossa genuflexão.

ção desta sentença consiste no acréscimo de “referentes discursivos” e de restrições para suas interpretações¹⁵.

Para realçar a diferença em relação à semântica dinâmica no sentido mais estrito do termo, indicaremos como se deve olhar para os exemplos (1) e (2) a partir do ponto de vista representacional. A interpretação do pronome “ela” na segunda sentença de ambos os exemplos exige que haja um referente discursivo adequado na estrutura contextual ao qual ele possa ser relacionado^{16, h}. A primeira sentença em (1) disponibiliza um. Ela introduz um referente discursivo para o grupo de dez bolas de gude que caíram e outro referente discursivo para a única dentre as dez que não foi encontrada. No caso de (2), introduz-se um referente discursivo para o grupo de dez bolas de gude e outro para as nove que foram encontradas. Neste último caso, pode-se, naturalmente, inferir que ainda falta uma das bolas de gude, mas a sentença por si só não introduz um referente discursivo para isso. Portanto, ao contrário de (1), em (2) o pronome “ela” na segunda sentença não encontra nada a que se ligar, de forma que ele não pode ser interpretado.

As estruturas de representação discursiva não são informações por si próprias, mas são representações de informações. Elas são objetos linguísticos, e não objetos semânticos. As sentenças e os discursos são interpretados indiretamente através de suas representações. A interpretação das estruturas de representação discursiva assume o formato padrão de uma definição (estática) de condições de verdade. Portanto, o significado por si mesmo não é uma noção dinâmica: o significado de uma representação e, portanto, o (pedaço do) discurso que ele representa, é identificado ao conjunto de modelos (mundos possíveis) nos quais a representação é verdadeira.

A dinâmica do processo de interpretação reside exclusivamente na construção incremental da representação, e não na própria interpretação das representações. Isto também fica evidente no modo como (1) e (2) são

¹⁵ Esta caracterização da perspectiva representacional é baseada em Kamp e Reyle (1993). Neste livro, as representações discursivas são apresentadas como se pertencessem a uma “língua do pensamento”, de forma que sua função como componente de uma teoria do significado exige uma interpretação semântica (através da teoria de modelos). De modo um pouco confuso, às vezes elas são chamadas de estruturas informacionais, um termo que também é usado para os modelos através dos quais elas são interpretadas. Da mesma forma, considera-se às vezes que elas representem sentenças, ou partes maiores de um discurso, e elas também são caracterizadas como a representação do conteúdo semântico de discursos. Esta última será considerada aqui como a descrição mais apropriada ao seu estatuto ontológico.

¹⁶ Os referentes discursivos podem ser facilmente comparados às variáveis sintáticas. Eles são expressões da língua representacional. Eles próprios não são referentes de expressões. E (geralmente) eles não se referem a um objeto em particular. Como normalmente ocorre com as variáveis, seu significado reside na variedade dos objetos possíveis que devem ser atribuídos a eles. Para uma investigação lógica completa sobre estas questões, ver Vermeulen (1994). Historicamente, os referentes discursivos já apareciam nas primeiras obras de Karttunen.

^h Karttunen (1976) fala especificamente sobre os referentes discursivos.

analisadas: as representações de suas primeiras sentenças são diferentes, mas sua interpretação semântica é a mesma. Assim, não há diferença de significado, a não ser na forma representacional. Num certo sentido, podemos reconhecer aqui a antiga distinção entre forma gramatical e forma lógica. Mas esta conclusão pode ser evitada se estivermos dispostos a conceber as próprias representações como se fossem o significado (ou parte dele). Neste caso, a hipótese de uma língua do pensamento intermediando a língua e a interpretação é um ingrediente essencial da teoria da representação discursiva: considerada enquanto teoria mentalística do significado, ela herda todos os problemas filosóficos que acompanham esta perspectiva.

É isto que diferencia a perspectiva dinâmica representacional da semântica dinâmica. Numa semântica dinâmica, os contextos não são representações de informações, mas sim as próprias informações; ou seja, são objetos semânticos, e não objetos linguísticos. Dessa maneira, a dinâmica é uma característica intrínseca dos significados das expressões, e não do processo através do qual as representações são construídas. Consequentemente, numa semântica dinâmica, um nível representacional é, por princípio, supérfluo, o que significa que as possíveis implicações mentalísticas podem ser evitadas¹⁷. Contudo, além destas questões filosóficas e metodológicas, há ainda o aspecto empírico da adequação descritiva: será que as abordagens representacionais e não representacionais são igualmente bem sucedidas em suas explicações dos dados linguísticos? E, seguramente, este aspecto só pode ser determinado por uma investigação detalhada dos fenômenos concretos.

3. APLICAÇÃO: DESCRIÇÕES ANAFÓRICAS E CONTEXTO

3.1. INTRODUÇÃO

A título de ilustração, esboçaremos nesta seção como a concepção da semântica dinâmica pode ser aplicada na análise das descrições anafóricas. As relações anafóricas fazem parte do primeiro campo de aplicação da perspectiva dinâmica, ainda que ela também tenha sido aplicada com sucesso a muitos outros tipos de fenômenos. A discussão que se segue continuará sendo feita a nível informal, mas ela se apoia em apresentações mais formais como as de Groenendijk e Stokhof (1991) e Groenendijk, Stokhof e Veltman (1996a, 1996b).

¹⁷ Para uma discussão mais ampla sobre as questões do representacionalismo, e de suas implicações para a composicionalidade da interpretação, ver Groenendijk e Stokhof (1990, 1991) e Kamp (1990). Ver também Janssen (1997).

Nos restringiremos às descrições definidas anafóricas singulares, tratando-as como quantificadores, com a quantificação sendo limitada dinâmica e contextualmente. A análise está de acordo com a filosofia de Neale (1993) e Ludlow e Neale (1991), que defendem uma explicação russelliana uniforme, ou seja, uma análise quantificacional da semântica dos definidos e dos indefinidos. A contribuição para esse estoque de ideias é de dois tipos: a quantificação é dinâmica, o que explica as relações de ligação que não se limitam ao escopo sintático comum; e é restringida contextualmente, o que permite explicar a precondição de unicidade de uma maneira satisfatória. A ideia de que as descrições definidas (anafóricas) envolvem uma quantificação dependente do contexto não é nova. No entanto, os mecanismos que definiam os domínios contextuais eram muito pouco explicados. A semântica dinâmica parece oferecer uma abordagem adequada para a análise destes mecanismos.

Observaremos ainda as diferenças no comportamento anafórico das descrições definidas em diversos tipos de discurso. Além dos textos monológicos, os diálogos constituem um outro tipo de contexto nos quais elas podem ocorrer, com condições de uso um pouco diferentes. Um dos fatores relevantes é a natureza da informação de que os participantes do discurso dispõem, e que podem compartilhar ou não. Prestando mais atenção a estas questões, chegaremos a uma noção mais sutil de informação e alteração de informação.

3.2. DOIS TIPOS DE INFORMAÇÃO

A partir da discussão dos exemplos em (1) e (2), concluímos que os estados informacionais devem conter (pelo menos) dois tipos de informação: informação sobre o mundo e informação sobre o discurso. No final das contas, no uso informativo da língua, o que conta é a informação sobre o mundo, mas ao obtermos esta informação através do discurso, deve-se armazenar também informações sobre o próprio discurso. Por exemplo, para se resolver as ligações anafóricas entre os proferimentos, é preciso manter um registro das “coisas” das quais já se falou. Estas “coisas” não são objetos concretos, mas elementos da informação. Nós nos referiremos a elas como “itens”.

A informação sobre o mundo é concebida como um conjunto de mundos possíveis: as formas alternativas em que o mundo poderia estar de acordo com o andamento das informações. À medida em que a quantidade de informações sobre o mundo aumenta, algumas dessas alternativas vão sendo eliminadas. De acordo com essa proposta, o aumento das informações sobre o mundo leva à eliminação de algumas possibilidades¹⁸.

¹⁸ Ainda de acordo com esta proposta, a parcialidade das informações é concebida em termos da presença de muitas alternativas, de forma que essas alternativas – mundos possíveis –

O modelamento das informações discursivas será restringido, no momento, ao acompanhamento dos itens que são introduzidos no discurso. Acrescentar informação discursiva leva à introdução de novos itens. Com o desenrolar do discurso, a quantidade de itens aumenta. Tão logo o discurso termine, os itens podem ser eliminados. A introdução e a eliminação de itens também podem acontecer localmente, devido à interpretação de determinadas partes do discurso, e mesmo por certas partes de uma única sentença.

A informação discursiva está relacionada à informação sobre o mundo. Uma relação se estabelece como uma possível atribuição de um objeto a cada um dos itens do discurso, um objeto que – segundo aquele mundo possível e os valores dos outros itens – poderia ser o valor do item em questão. Quando um novo item é adicionado, as possíveis relações são estendidas para incorporar o novo item. Pode existir mais de uma extensão dessas, o que significa que uma relação pode subsistir em muitas outras. Pode ocorrer também que uma informação discursiva posterior sobre aquele item leve à eliminação de uma ou mais dessas possíveis relações. Como as relações se estabelecem entre os mundos possíveis, isso pode acabar causando a eliminação de um mundo: corte sua última relação e você elimina um mundo possível. A informação discursiva pode fazer toda a diferença.

A título de ilustração, os estados informacionais podem ser representados através de matrizes simples, como veremos nas figuras a seguir¹⁹.

Um estado inicial consiste de uma única coluna, na qual cada campo é preenchido por um mundo possível. A introdução de um item discursivo acrescenta uma nova coluna à matriz²⁰. Os campos da nova coluna

são objetos totais. Há uma alternativa óbvia para se apresentar a parcialidade: podemos concebê-la através de um objeto parcial, um mundo ou uma situação parcial. De acordo com esta perspectiva, o aumento das informações leva à extensão da situação. Escolhemos a abordagem eliminativa aqui porque ela é tecnicamente mais simples.

Numa abordagem eliminativa, não procuramos conceber o desenrolar do processo de interpretação como um processo psicológico real. Para este fim, uma abordagem construtiva seria mais adequada. A abordagem eliminativa pode ser considerada como uma representação das condições que o processo psicológico deve satisfazer para ser julgado correto.

¹⁹ As ilustrações podem ser bem esclarecedoras. Mas elas também podem acabar nos confundindo. A representação dos estados informacionais como matrizes simples tem suas limitações. Isto pode sugerir que os estados informacionais são objetos finitos pequenos, quando de fato eles normalmente são infinitos. Também é importante não esquecermos que – ao contrário das caixas da teoria da representação do discurso – as matrizes não representam discursos e sim o resultado da interpretação de um discurso. Elas são preenchidas por objetos da teoria de modelos, representados na nossa metalinguagem, e não por expressões da língua objeto.

²⁰ Não consideraremos aqui a possibilidade de que os itens “discursivos” sejam criados por outros recursos além do discurso explícito. Por exemplo, a presença saliente de um objeto no campo visual compartilhado por dois ou mais agentes também pode levar ao aparecimento de um item discursivo. (Para um exemplo de ausência saliente, ver a nota 14.)

Além disso, ainda que um item não tenha sido explicitamente introduzido pelo discurso, pode ser que ele esteja implicitamente presente a partir do que já tenha sido dito. Podemos achar que isso ocorre em casos de usos anafóricos da descrição definida “o capitão”, depois que alguém tiver falado de um barco, sem ter mencionado explicitamente seu capitão. Para uma análise dos argumentos implícitos dentro da semântica dinâmica, ver Dekker (1993).

são preenchidos por um objeto que possa ser o valor daquele item em relação ao mundo na primeira coluna. Como pode haver mais de um valor possível, o acréscimo de uma nova coluna pode resultar em novas linhas na matriz, que aumentam a mesma linha na antiga matriz. No entanto, uma antiga linha também pode desaparecer, caso seja impossível atribuir um valor adequado para o novo campo em relação àquela linha.

Cada linha da matriz é chamada de “uma possibilidade”. Assim, uma possibilidade consiste de um mundo possível e de uma atribuição de valores para cada item que tiver sido introduzido. Um estado informacional é, portanto, um conjunto de possibilidades.

3.3. UMA MULHER

Suponhamos que um agente tenha a seguinte informação: ou nenhuma mulher caminha no parque, ou apenas Ana caminha no parque, ou tanto Ana quanto Bia caminham no parque, ou todas as mulheres no domínio do discurso – Ana, Bia e Cris – estão passeando no parque. Além disso, ele também tem a informação de que apenas Bia está usando um sapato de camurça azul²¹. Se estas forem as únicas informações relevantes, o estado informacional do agente pode ser ilustrado pela Figura 1 – uma matriz unidimensional contendo apenas quatro mundos possíveis. (Os subscritos são empregados como recurso mnemônico, indicando quantas mulheres estão caminhando no parque.)

m_0
m_1
m_2
m_3

(a)

m_0	Ana
m_0	Bia
m_0	Cris
m_1	Ana
m_1	Bia
m_1	Cris
m_2	Ana
m_2	Bia
m_2	Cris
m_3	Ana
m_3	Bia
m_3	Cris

(b)

m_1	Ana
m_2	Ana
m_2	Bia
m_3	Ana
m_3	Bia
m_3	Cris

(c)

FIGURA 1 – [Estado inicial] (a) Uma mulher (b) caminha no parque. (c)

²¹ Pode não ser assim tão essencial para este exemplo, mas a descrição da informação do agente deve ser sobre objetos, sobre a interpretação das expressões da língua objeto. Por exemplo, deve-se entender a descrição da informação de forma que o agente até possa não saber qual das mulheres se chama Ana, qual delas seja a Bia, nem quem é a Cris. Na nossa descrição da informação do

Agora suponhamos que o agente ouve a seguinte sentença:

(3) Uma mulher está caminhando no parque.

O estado informacional inicial representado na Figura 1a é transformado no estado 1c, de modo que o estado 1b ilustra o efeito do processamento do termo indefinido “uma mulher”.

A interpretação de um indefinido impõe a introdução de um novo item discursivo num estado informacional; ou seja, o acréscimo de uma nova coluna à matriz. Em relação a cada possibilidade no estado inicial existem três possíveis valores a serem atribuídos ao novo campo, já que são três as mulheres no domínio deste discurso. Assim, para cada uma das quatro possibilidades em 1a, encontramos três extensões no estado intermediário 1b, uma para cada mulher no domínio do discurso.

O processamento da parte predicativa que ainda resta na sentença resulta na eliminação das linhas nas quais a mulher que é o valor do novo campo não esteja caminhando no parque no mundo relativo à linha. Isso significa que no estado resultante 1c o mundo m_o – o mundo no qual nenhuma mulher caminha no parque – desaparece. E cada uma das outras três possibilidades no estado inicial subsistem em tantas extensões quantas forem as mulheres caminhando no parque no mundo daquela linha, com uma destas mulheres como um possível valor para o item discursivo recém-introduzido.

Os indefinidos são interpretados como uma quantificação existencial dinâmica. O efeito quantificacional pode ser observado na Figura 1 através do fato de que o mundo m_o (um mundo no qual não é verdade que haja uma mulher caminhando no parque) é eliminado. Este é o único efeito da quantificação existencial “estática” comum. Mas o efeito dinâmico é que um novo item, um novo objeto informacional, está disponível agora no estado informacional resultante: uma mulher que caminha no parque. Sua presença no estado informacional torna possível futuras referências a ele – a mulher que caminha no parque²².

3.4. CONJUNTOS DE CONTEXTO

Como se pode observar através da forma como estão sendo representados, os estados informacionais vêm naturalmente acompanhados por um domínio discursivo contextualmente restrito. Em cada possibilidade, não

agente, “Ana”, “Bia” e “Cris” funcionam como expressões da metalinguagem com as quais se designam esses três objetos. Elas não são nomes homófonos em relação à língua que o agente compartilha com outros agentes.

²² Um trabalho pioneiro sobre a função da informação na semântica em geral e sobre a natureza dos objetos parciais como objetos informacionais em particular, de uma época pré-dinâmica, é o de Landman (1986).

há apenas o domínio discursivo global, composto por todos os objetos que habitam no mundo daquela possibilidade, há também o conjunto restrito de objetos que naquela possibilidade são os valores dos itens discursivos. Este conjunto é chamado de “conjunto de contexto” daquela possibilidade. No estado representado na Figura 2 a seguir, o conjunto de contexto é constituído, em cada possibilidade, por um único indivíduo. E nos estados representados nas Figuras 3b e 3c, o conjunto de contexto em cada possibilidade é composto por dois objetos.

A quantificação limitada aos conjuntos de contextos foi introduzida e estudada pela primeira vez por Westerståhl (1984). O autor ressaltava o fato de que o conjunto de contexto deve ser distinguido do universo do discurso. Ao contrário deste, aquele não se mantém constante ao longo das partes do discurso. Westerståhl considera apenas “o arcabouço formal para os conjuntos de contexto, deixando a questão (mais complicada) sobre como os conjuntos de contexto são escolhidos para teorias semânticas mais ambiciosas”. Da forma como são apresentados aqui, os conjuntos de contextos não podem ser escolhidos, mas são construídos (e desconstruídos) de modo determinístico através do procedimento de interpretação. A princípio, existe uma escolha a ser feita quando se encontra um termo em um texto: aquela entre uma quantificação restrita contextual ou absolutamente. Mas, uma vez que se tenha optado pela primeira, os conjuntos de contexto relevantes são trivialmente oferecidos pelos conteúdos do estado informacional naquele ponto, impedindo qualquer outra opção. Os conjuntos de contexto efetivamente apresentam as características de serem relativamente pequenos e estarem em constante fluxo, porque eles dependem dos itens discursivos, que têm uma sobrevivência relativamente curta. O fato de que os estados informacionais vêm acompanhados de conjuntos de contexto pode ser usado para interpretar os termos anafóricos como quantificadores restritos contextualmente. O quadro geral é o que segue.

A atualização associada ao termo anafórico é tipicamente parcial e vem acompanhada de uma precondição, fazendo uma certa exigência sobre o conteúdo efetivo dos conjuntos de contexto das possibilidades do estado anterior: ou bem o estado já suporta a exigência, ou bem – no caso em que a acomodação for possível²³ – ela deve ser consistente com ele; ou seja, deve ser possível atualizar o estado de forma que depois ele satisfaça a exigência²⁴. Se o estado não pode (ou não pode vir a) satisfazer a precondição,

²³ Não consideraremos aqui como é feita a acomodação. Sobre isso, veja-se Groenendijk, Stokhof e Veltman (1995).

²⁴ O que está sendo chamado aqui de “precondição” se aproxima bastante das pressuposições. Para uma análise das pressuposições numa perspectiva dinâmica, ver Beaver (1995), Zeevat (1992) e Krahmer (1995). Para um panorama recente sobre diferentes perspectivas, ver Beaver (1997).

o procedimento de interpretação é abandonado. Se pode, o procedimento continua da seguinte maneira. Um novo item discursivo é acrescentado, e os possíveis valores do novo item são determinados em relação aos objetos nos conjuntos de contexto, dependendo da natureza quantificacional e do conteúdo descritivo do termo. Invariavelmente, se for bem sucedido, o procedimento resulta, no final, em uma extensão efetiva do estado anterior.

3.5. A MULHER

Em relação às descrições definidas anafóricas²⁵, a condição que elas impõem ao conjunto de contexto de cada possibilidade (ou seja, para os valores dos itens discursivos em uma coluna) é que haja um único objeto que satisfaça seu conteúdo descritivo. Se esta condição não puder ser satisfeita, o processo de atualização é interrompido. Se puder, a descrição definida introduz um novo item discursivo e, em cada possibilidade, o valor do novo item é o objeto único no conjunto de contexto que satisfaça o conteúdo da descrição²⁶. Observe que a exigência de unicidade está longe de ser absoluta. Não só é possível que no mundo haja mais de um objeto que satisfaça o conteúdo da descrição (o que não seria possível com a quantificação absoluta), mas inclusive que dentre todos os valores possíveis para um item discursivo em um estado como um todo haja vários desses objetos, mesmo em relação a um único mundo possível.

De acordo com essa receita, a atualização do estado representado na Figura 2a – resultado da atualização do estado informacional global com a sentença (3) – através da sentença (4), nos leva ao estado 2c, passando pelo estado intermediário 2b, que é o resultado do processamento da descrição anafórica “a mulher”.

(4) A mulher está usando sapatos de camurça azul.

A mulher da qual se deve estar falando é a Bia, já que, segundo a informação do agente, Bia é a única mulher usando sapatos de camurça azul. (Mas Bia não é a única mulher, nem mesmo a única mulher caminhando no parque.)

Observe o seguinte. A descrição definida introduz, ela mesma, um novo item discursivo. No caso atual, isto pode parecer pouco útil, já que os dois itens discursivos são completamente indistinguíveis: em cada possibilidade no estado informacional ambos os itens têm o mesmo valor. E daí por diante eles se comportarão como se fossem uma única e mesma

²⁵ Para outras análises sob uma abordagem dinâmica, ver Heim (1982), van Eijck (1993) e Krahmer (1995).

²⁶ Obviamente, este procedimento precisaria ser mais aprimorado.

m_1	Ana
m_2	Ana
m_2	Bia
m_3	Ana
m_3	Bia
m_3	Cris

(a)

m_1	Ana	Ana
m_2	Ana	Ana
m_2	Bia	Bia
m_3	Ana	Ana
m_3	Bia	Bia
m_3	Cris	Cris

(b)

m_2	Bia	Bia
m_3	Bia	Bia

(c)

FIGURA 2 – Uma mulher caminha no parque. (a) A mulher (b) usa sapatos de camurça azul. (c)

coisa. No entanto, encontraremos outros casos em que a introdução de um novo item através de uma descrição definida (anafórica) será fundamental²⁷.

Observe ainda que não introduzimos nenhum nível de forma lógica (ou de qualquer outro tipo) na qual a relação anafórica esteja representada. Para dar conta de relações anafóricas num nível representacional, seriam necessários alguns mecanismos de coindexação. Precisariamos usar um mesmo número ou uma mesma variável sintática para apresentar a contribuição de “uma mulher” e “a mulher” à representação do discurso. Nenhum mecanismo de coindexação é necessário no procedimento de atualização descrito acima. A descrição definida anafórica seleciona seu antecedente apenas através de sua força quantificacional e de seu conteúdo descritivo. Novamente, neste caso em particular, seria igualmente possível usar um mecanismo de coindexação, ligando a descrição definida explicitamente a um determinado item discursivo introduzido anteriormente. Contudo, como veremos brevemente, em geral estes dois procedimentos têm efeitos diferentes.

3.6. OUTRA MULHER

Não são apenas as descrições definidas que podem ser anafóricas; virtualmente, qualquer quantificador pode ser usado de forma anafórica. O determinante indefinido *outra* é um caso evidente de um quantificador que só pode ser interpretado em relação a conjuntos de contexto. Considere:

- (5) Uma mulher está caminhando no parque. Outra mulher também está caminhando no parque.

Existem aqui diversas dependências contextuais. Em primeiro lugar, há a precondição de que em toda possibilidade haja pelo menos uma mulher no conjunto de contexto daquela possibilidade. Caso contrário, o

²⁷ Se um estado contém dois itens indistinguíveis, este é um bom motivo para saneá-lo, descartando um deles. Com isso, economiza-se espaço sem afetar qualquer alteração que ainda venha a ocorrer.

processo de interpretação é interrompido. Se esta precondição for satisfeita, o estado é estendido com um novo item discursivo, cujo valor em uma possibilidade é uma mulher do domínio global do discurso que ainda não faz parte do conjunto de contexto daquela possibilidade. A quantidade de extensões resultante no novo estado para cada antiga possibilidade depende de quantas mulheres existam.

Considere novamente nossa amostragem de estado como foi especificada na seção 3.3. Depois de uma atualização através da primeira sentença de (5), chegamos ao estado representado na figura 3a. Uma nova atualização através da segunda sentença de (5) nos leva a 3c, passando por 3b, que apresenta o efeito de se processar o indefinido anafórico “outra mulher”. Observe que o mundo m_1 – no qual apenas uma mulher caminha no parque – foi eliminado. (Da mesma forma que o mundo m_2 seria eliminado se tornássemos a repetir a última sentença de (5).) Neste caso, novamente, nenhuma coindexação foi empregada para dar conta da relação anafórica. Na verdade, seria difícil imaginar como seria possível recorrer à coindexação para dar conta deste tipo de relação anafórica. (A coindexação parece ser particularmente ineficiente para lidar com usos iterativos de “outra... outra (ainda)”.)

Os dois itens discursivos que aparecem no estado informacional obtido depois do processamento de (5) apresentam uma característica especial. Eles são quantitativamente distintos: em cada possibilidade eles assumem um valor diferente. Mas eles são qualitativamente indistinguíveis: para cada possibilidade na qual ambos os itens tenham um determinado valor, há outra possibilidade exatamente igual, exceto pelo fato de que os valores dos dois itens são intercambiados²⁸.

O fato de que os itens introduzidos em (5) através dos termos indefinidos uma mulher e outra mulher são quantitativamente diferentes, mas qualitativamente iguais, explica por que não se pode tornar a referir a uma destas duas mulheres em particular usando uma descrição definida anafórica singular²⁹.

²⁸ Continuando o comentário feito na nota 27: aqui encontra-se outra razão para a limpeza dos estados informacionais. Como, depois do processamento de (5), os dois itens discursivos são qualitativamente indistinguíveis, há pouco proveito em manter os dois itens separados. Daria na mesma se mantivéssemos um único item cujo valor em cada possibilidade fosse o *conjunto* composto por estas duas mulheres. Isto reduziria pela metade o número de possibilidades no estado 3c, já que a ordem em que as duas mulheres são introduzidas é irrelevante. Apesar de ser mais econômica, esta operação de limpeza não causa nenhuma diferença. De qualquer modo, nos absteremos de efetuar esta operação, já que as referências plurais não serão consideradas aqui.

²⁹ Observe a diferença entre (5) e (i):

(i) Uma mulher entrou no quarto. Outra mulher entrou no quarto.

Ao contrário de (5), é mais natural interpretar (i) como uma descrição de dois eventos subsequentes. Neste caso, como participantes de dois eventos diferentes, as duas mulheres são qualitativamente diferentes, o que faz possível tornar a se referir anaforicamente a apenas uma delas empregando uma descrição definida tal como “a mulher que entrou primeiro”, ou apenas “a primeira” e “a segunda”.

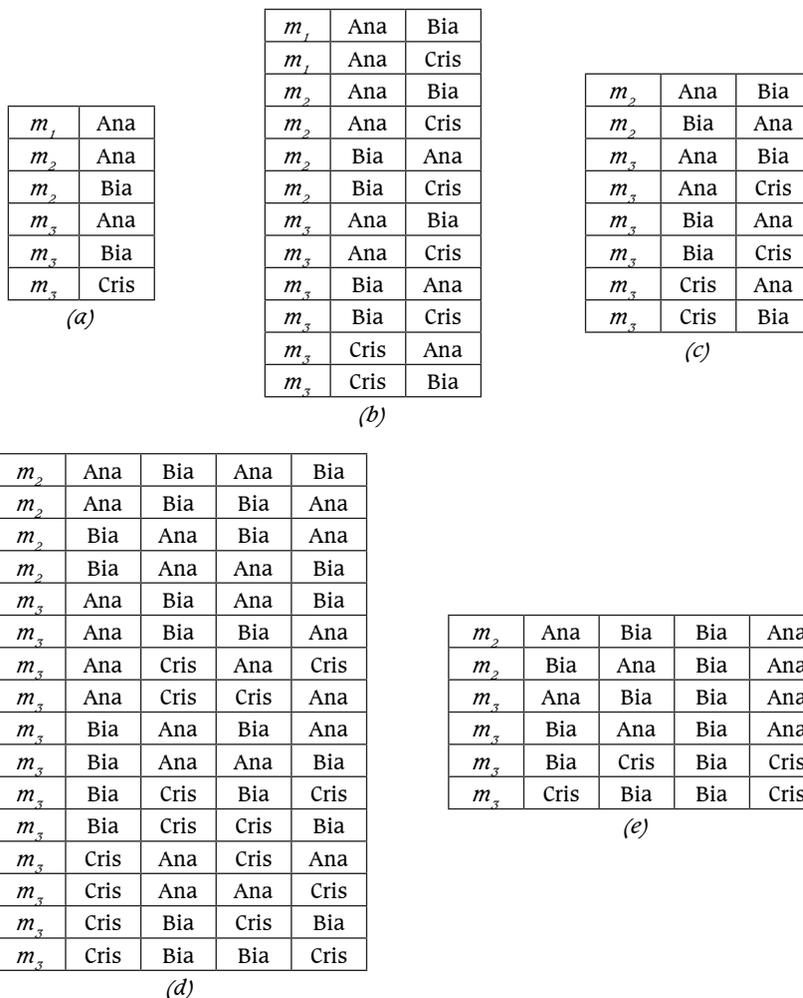


FIGURA 3 – Uma mulher caminha no parque. (a) Outra mulher (b) também caminha no parque. (c) Uma... a outra. ... (d) ... usa sapatos de camurça azul ... não. (e)

Outro caso relevante é o de:

(ii) Olha! Uma mulher está caminhando no parque. Olha! Outra mulher também está caminhando no parque.

Aparentemente, ambas as mulheres estão localizadas no campo de visão dos participantes do discurso e são, portanto, distinguíveis. É por isso que aqui, também, pode-se empregar uma descrição definida para se referir a uma destas mulheres em particular. Poderíamos continuar (ii), por exemplo, com “A primeira é minha irmã”. Uma continuação como esta seria inadequada para (5), supondo que não houvesse nenhuma outra informação adicional (visual ou de qualquer outro tipo), vinda de fora do discurso, que distinguisse qualitativamente ambas as mulheres.

No caso de (ii), os indefinidos estão sendo usados referencialmente: para cada um dos itens discursivos introduzidos por eles, seu valor será o mesmo em cada possibilidade, já que – por hipótese – o objeto está observacionalmente presente. Ver Ludlow e Neale (1991) e Groenendijk, Stokhof e Veltman (1997).

3.7 UMA E A OUTRA

Naturalmente, é possível continuar (5) a se referir anaforicamente a cada uma das mulheres individualmente. Uma das maneiras de se fazer isso é a seguinte:

(6) Uma está calçando sapatos de camurça azul, a outra não.

Note que esta referência anafórica não pode ser feita apenas a alguma das mulheres em particular. Trataremos “uma... a outra...” como um quantificador poliádico. Sua precondição é a de que o conjunto de contexto de cada possibilidade contenha dois objetos diferentes que satisfaçam o conteúdo descritivo do quantificador, que, neste caso em particular, é praticamente vazioⁱ. Portanto, esta precondição recorre ao único aspecto que distingue as duas mulheres (no discurso): que elas sejam quantitativamente distintas. Se esta precondição for satisfeita, dois novos itens discursivos são acrescentados, e para cada antiga possibilidade, obtemos outras duas: uma extensão na qual no campo dos dois novos itens encontramos os valores dos dois antigos itens na mesma ordem, e outra na qual os encontramos nos dois novos campos na ordem inversa. (Ver figura 3d.)

Considerando a natureza “inespecífica” da referência anafórica, é impossível coindexar algum dos elementos do definido^o poliádico com qualquer um dos dois indefinidos anteriores. Neste caso em particular, quando (5) é seguido por (6), isso pode parecer trivial, justamente porque os dois itens introduzidos por (5) são qualitativamente indistinguíveis. No entanto, geralmente isto é algo que pode ser preciso considerar. Observe o seguinte exemplo:

(7) Ana está caminhando no parque. Bia também está caminhando no parque. Uma está usando chapéu, a outra não.

Para interpretarmos a última sentença, não podemos associar um dos itens introduzidos pelo definido poliádico a um item discursivo específico, seja ele o item introduzido pelo nome “Ana”, seja o item associado ao nome “Bia”. Para se estabelecer esta relação específica, precisamos de informações adicionais; ou seja, precisamos saber qual das duas está efetivamente usando o chapéu. Por outro lado, a falta dessas informações não nos impede

ⁱ Como o termo original é “*the one... the other...*”, sem marcação de gênero, ele funciona realmente como uma anáfora sem conteúdo informacional. Em português, como há marcação de gênero, a anáfora deve respeitar pelo menos a restrição de que o referente tenha sido introduzido por uma expressão do mesmo gênero.

^j Em “*the one... the other...*”, há uma motivação estrutural para classificá-lo como definido; em português, ainda que sua primeira parte apresente um determinante indefinido, sua interpretação também remete a dois valores definidos, previamente atribuídos a itens discursivos já introduzidos no discurso.

de processar esta sequência de sentenças. Se tivéssemos que coindexar cada um dos elementos do quantificador poliádico com um determinado item do contexto, chegaríamos de fato à ininterpretabilidade desta sequência, o que demonstra que precisamos de um procedimento como o apresentado acima.

As descrições definidas poliádicas não são os únicos tipos de anáfora a resistir à relação com itens discursivos específicos. Algumas vezes, mesmo descrições definidas não poliádicas se comportam desta maneira:

(8) Eva anotou um número. Ela anotou outro número. ... Ela anotou outro número. Ela subtraiu do número maior o menor.

Para interpretarmos os termos “o número menor” e “o número maior”, não precisamos identificar os itens discursivos específicos que satisfazem estes conteúdos descritivos. O termo “o número maior” tem como precondição a exigência que, em cada possibilidade, haja entre os objetos no conjunto de contextos para aquela possibilidade um número que seja maior do que todos os outros. Uma exigência análoga é precondição para “o menor”. (Assim, tanto o artigo definido quanto a interpretação de “maior” e “menor” envolvem quantificação contextualmente restrita.) No nosso exemplo, esta precondição é satisfeita facilmente.

Porém, certamente, o maior número que encontramos em uma possibilidade pode ser um valor de um determinado item (ou seja, pode ocorrer no campo de uma determinada coluna), enquanto o maior número que encontramos em outra possibilidade pode ser o valor de outro item (ou seja, pode ocorrer no campo de outra coluna). É justamente esta característica que desqualifica uma análise que proceda por coindexação da descrição definida anafórica a um determinado indefinido precedente.

4. DO MONÓLOGO AO DIÁLOGO

Os exemplos discutidos acima são todos relativos a (pequenos) monólogos de um único falante, e eles foram considerados apenas a partir do ponto de vista de um ouvinte. Nesta seção, faremos algumas observações relativas ao caso mais geral de um discurso com mais de um falante. Nos concentraremos novamente nas relações anafóricas, que apresentam características de especial interesse quando analisamos proferimentos intercambiados entre falantes diferentes³⁰.

³⁰ Análises deste tipo de discurso ainda são pouco comuns. Ver Francez e Berg (1994) para uma discussão a partir de uma abordagem da teoria de representação do discurso, e Groenendijk, Stokhof e Veltman (1997) para uma discussão mais elaborada nas mesmas linhas do presente artigo.

4.1. PRESTANDO ATENÇÃO

Antes de passarmos ao diálogo, é interessante considerarmos mais detalhadamente as diferentes funções do falante e do ouvinte num discurso monológico, e apresentar algumas noções relevantes. Temos aqui um falante, *A*, fornecendo informações e um ouvinte, *B*, prestando atenção.

Acima, consideramos o seguinte discurso:

(9) *A*: Uma mulher está caminhando no parque. A mulher está usando sapatos de camurça azul.

e discutimos os efeitos de sua atualização para um ouvinte que possui as seguintes informações: ou ninguém está caminhando no parque, ou apenas a Ana está caminhando no parque, ou então a Ana e a Bia estão caminhando no parque, ou bem a Ana, a Bia e a Cris estão caminhando no parque; a Bia está usando sapatos de camurça azul. Supondo que *B* seja esse ouvinte, os efeitos da atualização do seu estado inicial são como os recapitulados na figura 4.

O discurso fornece ao ouvinte *B* algumas informações novas. Depois de sua atualização através delas, ele passa a ter a informação de que Ana e Bia estão caminhando no parque, e que talvez a Cris também. Além disso, ele também dispõe da informação discursiva de que o falante *A* deve estar se referindo a uma mulher em particular, a Bia mais especificamente, já que ela é a única que está usando sapatos de camurça azul. No diagrama, isto corresponde ao fato de que a possibilidade relacionada a m_0 está eliminada depois da atualização com a primeira sentença. As outras três possibilidades iniciais ainda estão disponíveis. Depois da atualização com a segunda sentença, ficam disponíveis apenas as possibilidades nas quais Bia é o valor do item discursivo. Isto significa que a possibilidade inicial relacionada a m_1 , na qual apenas a Ana caminha no parque, também não está mais disponível no estado final.

Note-se que o fato de que *B* adquire novas informações a partir do discurso indica que há uma diferença fundamental entre o falante e o ouvinte. Se um ouvinte aprende algo a partir de um discurso, isso significa que ele próprio não estaria em condições de proferi-lo sinceramente, ao contrário do que estamos assumindo para o falante. Esta diferença pode ser explicada em termos da noção de *suporte*. Para que um falante possa proferir corretamente uma sentença, exige-se que o seu estado informacional a suporte³¹. Um estado informacional *s* suporta uma sentença ϕ se todas as possibilidades em *s* continuam disponíveis depois de uma atualização de *s*

³¹ O que decorre da Máxima da Qualidade, de Grice.

através de ϕ . Em outras palavras, para cada possibilidade em s , deve haver uma ou mais extensões em s atualizadas através de ϕ ⁵². Evidentemente, o estado inicial do ouvinte B , representado na figura 4, não suporta nem a primeira sentença nem o discurso como um todo, por isso ele pode obter novas informações através de sua atualização.

m_0
m_1
m_2
m_3

(a)

m_1	Ana
m_2	Ana
m_2	Bia
m_3	Ana
m_3	Bia
m_3	Cris

(b)

m_2	Bia	Bia
m_3	Bia	Bia

(c)

FIGURA 4 – Estado de B . [Estado inicial] (a) Uma mulher caminha no parque. (b) A mulher usa sapatos de camurça azul. (c)

m_2
m_3

(a)

m_2	Ana
m_2	Bia
m_3	Ana
m_3	Bia
m_3	Cris

(b)

m_2	Bia	Bia
m_3	Bia	Bia

(c)

FIGURA 5 – Estado de A . [Estado inicial] (a) Uma mulher caminha no parque. (b) A mulher usa sapatos de camurça azul. (c)

Um estado que efetivamente suportaria (9) é o que está representado na figura 5. Este é exatamente o mesmo estado final 4c, no qual o ouvinte B acaba chegando⁵³. Isto implica que ou a Ana e a Bia caminham no parque, ou que a Ana, a Bia e a Cris caminham no parque; e que a Bia usa sapatos de camurça azul. Obviamente, se A está neste estado, ele pode proferir sinceramente (9), já que o estado suporta estes proferimentos.

Mas é igualmente óbvio que este não é o único estado possível que suporta (9). Suponha, por exemplo, que outro participante do discurso (C) acredita que a Ana não esteja caminhando no parque, mas que a Cris esteja, e que talvez a Bia também esteja passeando por lá. Suponha ainda que C acredite que a Cris seja a única mulher usando sapatos de camurça azul.

⁵² Ver Groenendijk, Stokhof e Veltman (1996a, 1996b) para mais discussões. A noção de suporte também tem uma função essencial na definição do acarretamento dinâmico. Grosseiramente, diz-se que $\phi_1 \dots \phi_n$ acarretam ψ se e somente se cada estado resultante da atualização consecutiva através de $\phi_1 \dots \phi_n$ suporta ψ .

⁵³ A diferença é que no estado inicial 5a de A não havia aparecido ainda nenhum item discursivo. Mas depois de ter produzido seu discurso, A está no mesmo estado final que B : aqui, o intercâmbio de informações resulta numa rara e íntima harmonia.

Então – mesmo que seu estado não apresente nenhum mundo possível em comum com o estado inicial de *B* – suas informações também suportam os proferimentos em (9). E observe que, apesar da disparidade entre as informações de *C* e de *B*, o discurso pode seguir sem problemas, pelo menos até este ponto. Seguramente, se *C* continuasse o discurso em (9) dizendo “Ela é a Cris”, ficaria evidente para *B* que alguma coisa estaria errada. Se *B* tentar atualizar seu estado 4c com esta outra sentença (ligando o pronome com o item discursivo disponível), o resultado é que não restaria nenhuma possibilidade: o *estado absurdo*. Em outras palavras, o estado 4c é inconsistente com a sentença “Ela é a Cris”.

A noção de (in)consistência é uma noção essencial para um ouvinte, ou seja, para alguém que estiver prestando atenção. Uma sentença ϕ é *consistente* com um estado informacional *s* se e somente se sua atualização através de ϕ não levar ao estado absurdo, o estado em que não resta nenhuma possibilidade disponível³⁴. Se uma sentença dita por um falante é consistente com as informações do ouvinte, este pode atualizar suas informações através desta sentença. Se uma atualização com algo que o falante diz resulta no estado absurdo, o ouvinte sabe – supondo que o falante esteja falando sinceramente – que suas informações são incompatíveis com as do falante. A consciência deste fato o levará a tomar uma atitude: ele externará a observação desta inconsistência, que deve ser seguida de uma discussão a fim de descobrir o que causa a diferença de opiniões para tentar resolvê-la.

A consistência e o suporte são noções semânticas muito importantes para a semântica dinâmica. A primeira é orientada ao ouvinte, enquanto a segunda é orientada ao falante. O estado informacional de um falante precisa suportar as sentenças que ele profere no discurso. Um ouvinte só vai estar disposto a atualizar seu estado informacional com as partes do discurso que forem consistentes com suas informações.

4.2. INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES

Vamos concentrar agora nossa atenção no diálogo, ao invés do monólogo. Consideremos novamente o discurso em (9), mas suponhamos que *A* tenha dito apenas a segunda sentença, depois que a primeira sentença tivesse sido dita por um outro falante:

(10) *D*: Uma mulher está caminhando no parque.

A: A mulher está usando sapatos de camurça azul.

³⁴ Novamente, ver Groenendijk, Stokhof e Veltman (1996a, 1996b) para mais discussões.

Há uma diferença entre o monólogo de *A* em (9) e o diálogo entre *D* e *A* em (10). Suponhamos que antes do discurso começar, o estado inicial de *A* seja novamente aquele representado na figura 5a, que suporta “Uma mulher está caminhando no parque”. Depois da atualização com o proferimento de *D*, *A* chega ao estado 5b. No entanto, o proferimento de *A* – ainda que haja um item discursivo disponível no estado informacional de *A*, o que deveria autorizar o uso da anáfora “a mulher” – soa inadequado. Isto é curioso, já que se o próprio *A* tivesse proferido a primeira sentença, ele poderia ter continuado proferindo a segunda sentença sem nenhum problema. Afinal, como vimos acima, este monólogo seria suportado pelo estado informacional de *A*.

Não seria muito difícil explicar por que a segunda sentença, proferida por *A*, é problemática. Se compararmos 5b, o estado no qual *A* se encontra depois de ter atualizado seu estado inicial 5a através do proferimento de *D*, com 5c, o estado que resulta da atualização de 5b através de seu próprio proferimento da segunda sentença, observamos que nem todas as possibilidades em 5b se mantêm em 5c. As possibilidades em 5b nas quais o valor do item não é *Bia* não se mantêm no estado final 5c. Em outras palavras, 5b, o estado de *A* depois da atualização através do proferimento de *D* não suporta o seu próprio proferimento³⁵.

Intuitivamente, o que parece estar acontecendo aqui é o seguinte: foi *D* quem introduziu o item discursivo da mulher caminhando no parque. Depois que *D* profere a primeira sentença, existem muitos valores possíveis para o item discursivo. *D* ainda pode querer delimitar estas possibilidades, acrescentando mais características a esta mulher ainda indefinida³⁶. *A*, contudo, não parece estar autorizado a transformar a mulher indefinida de *D* numa mais definida, por sua própria conta³⁷.

³⁵ Observe que, mesmo no caso monológico, a segunda sentença de *A* não é suportada (no sentido técnico) pelo estado 5b, ou seja, o estado que resulta da atualização do próprio estado inicial de *A* através de seu primeiro proferimento. Tanto a primeira sentença quanto a sequência das duas sentenças como um todo são suportadas pelo seu estado inicial, mas o estado intermediário, como está representado na figura 5, não suporta sua segunda sentença.

³⁶ Ele também pode não querer esta especificação, mas apenas chamar a atenção de *A* para o fato de que há alguém lá; *D*, ou mesmo *A* aí, pode continuar dizendo depois da primeira sentença “Vamos dar o fora daqui!”.

³⁷ Obviamente, se – como no caso monológico – o próprio *A* foi quem introduziu a mulher indefinida, ele está autorizado a torná-la mais definida. Continuando a nota 35, é por este motivo que não há nada errado com o monólogo de *A*, mesmo que seu estado intermediário 5b não suporte sua segunda sentença. Continuando a nota 36, é provável que antes mesmo de iniciar seu monólogo, *A* já pretendesse se referir especialmente a *Bia*. Mas o estado intermediário representado na figura 5 não reflete esta pretendida referência. Ele reflete quais seriam os possíveis referentes, de acordo com as informações de *A*, com base naquilo que o próprio *A* tornou público até agora. (A propósito, *A* jamais conseguiria fazer com que sua mulher indefinida fosse a *Cris*, quer dizer, não sem perder o suporte.

Outro exemplo que indica a relevância das intenções do falante é a versão dialogada do monólogo (5), discutido na seção 3.6:

- (i) *D*: Uma mulher está caminhando no parque.
A: Outra mulher também está caminhando no parque.

m_2
m_3

(a)

m_2	Bia
m_3	Bia

(b)

m_2	Bia	Bia
m_3	Bia	Bia

(c)

FIGURA 6 – [Estado inicial] (a) Olha [apontando para Bia], uma mulher caminha no parque. (b) É, a mulher usa sapatos de camurça azul. (c)

O que estas observações nos levam a concluir é que existem condições de aceitabilidade diferentes para o uso das expressões anafóricas em situações monológicas e dialógicas. O uso correto de uma expressão anafórica depende de quem introduziu o(s) item(ns) discursivo(s) ao(s) qual(is) ela está relacionada³⁸.

4.3. COMPARTILHANDO UMA PERSPECTIVA

Não estamos afirmando que o discurso em (10) seja inaceitável em todas as circunstâncias. Estamos afirmando apenas que as condições de aceitabilidade são diferentes no monólogo e no diálogo. Ou seja, (10) pode ser um discurso adequado, ainda que em circunstâncias especiais. Um desses casos é quando *D* e *A* se alternam contando (ou elaborando) uma história. Mas esta parece ser uma mera variação do caso do monólogo, já que nesta circunstância *D* e *A* estão atuando como um único agente, e não como dois agentes trocando informações.

Se *A*, como antes, estiver inicialmente no estado representado na figura 5a e, depois da atualização através do proferimento de *D*, chegar ao estado 5b, ela parece estar em condições de proferir a segunda sentença em (i). O resultado da atualização do estado 5b do próprio *A* através de seu proferimento leva ao estado representado antes na figura 3c. Já que, desde o começo, *A* dispõe da informação de que há mais de uma mulher caminhando no parque, tanto o proferimento de *D* quanto o seu próprio são suportados por suas informações. Porém, o uso que *A* faz do indefinido anafórico “outra mulher” não parece ser completamente adequado. Neste caso, o motivo não é o de que *A* esteja tornando mais definida a mulher indefinida de *D*. Pelo contrário, ele apenas acrescenta uma mulher igualmente indefinida, qualitativamente indistinguível, mas quantitativamente distinta. Contudo, conforme vimos na seção 3.3, quando duas mulheres qualitativamente aparecem no conjunto de contexto, não é possível se referir a uma delas em particular através de uma descrição definida singular. Isto significa que o proferimento de *A* furta de *D* a possibilidade de tornar mais definida a “sua” mulher indefinida.

Numa outra condição ainda, *D* poderia querer se referir a uma mulher (mais) em particular. Como as intenções são coisas “privadas”, *A* não está em condições de determinar que mulher é diferente daquela possivelmente referida por *D*. Exceto em situações especiais, ele não tem a menor ideia de quem ela possa ser.

Este assunto está intimamente relacionado a questões como a referência do falante e sua relação com a referência semântica, uso referencial e uso atributivo, e outras coisas desse tipo, difundidas nas obras de Kripke, Donnellan e outros. Ver Chierchia (1995) para uma discussão numa perspectiva dinâmica.

³⁸ Isso contradiz a hipótese de Francez e Berg (1994), segundo a qual qualquer seqüência de sentenças aceitável como discurso de um único falante é igualmente aceitável como discurso no qual cada sentença da seqüência seja dita por um falante diferente.

Mais interessante é o caso em que *D* e *A* se encontram num caso particular de situação observacional. Suponhamos que a presença de uma das mulheres seja proeminente nos campos visuais tanto de *D* quanto de *A*, de forma que *D* tem certeza de que seu proferimento vai chamar a atenção de *A* para aquela pessoa. *A* também percebe isso, e por isso ele pode usar o definido anafórico para se referir à mesma pessoa. A seguinte variante de (10) expõe mais claramente estas características da situação de proferimento:

(11) *D*: Olha! Uma mulher está caminhando no parque.

A: É, a mulher está usando sapatos de camurça azul.

Mas se a situação é esta, assumindo que o estado inicial de *A* seja o mesmo que o representado na figura 5a, o resultado de sua atualização com o proferimento de *D*, mais a informação não linguística fornecida pelos gestos de *D* e possivelmente ainda de outras características particulares da situação, é o estado intermediário representado na figura 6b, e não o da figura 5b. Neste caso, o próprio proferimento da segunda sentença por parte de *A* é obviamente suportado pelo estado no qual ele se encontra depois que *D* profere a primeira sentença³⁹.

4.4. AVALIANDO AS DIFERENÇAS

As observações feitas acima sugerem que, para o uso de uma anáfora estar correto, basta que o proferimento do segundo falante em um diálogo seja suportado (no sentido técnico) pelas informações de que dispõe depois de sua atualização com o proferimento do primeiro falante. No entanto, existem diversas razões para duvidarmos disso⁴⁰.

Considere novamente o monólogo em (9), proferido por *A*. Suponha que *B* esteja novamente no estado inicial representado pela figura 4a. Suponha ainda que *B* reaja ao proferimento de *A* da seguinte maneira:

(12) *A*: Uma mulher está caminhando no parque. Ela está usando sapatos de camurça azul.

B: É a Bia.

³⁹ Observações semelhantes podem ser feitas em relação ao exemplo (i), discutido na nota 37. Compare aquele exemplo com:

(ii) *D*: Olha! Uma mulher está caminhando no parque.

A: É, e veja! Uma outra mulher também está caminhando no parque.

Aqui, a situação do proferimento impede *A* de introduzir no contexto uma mulher qualitativamente indistinguível, e é aparentemente claro para *A* qual o indivíduo a que *D* quer se referir. (Cf. também a nota 29.)

⁴⁰ Uma delas é o exemplo (i) discutido na nota 37, no qual o proferimento do segundo falante, contendo o indefinido anafórico "outra mulher", parece não ser adequado, mesmo que depois da atualização com a sentença do primeiro falante, seu estado suporte seu próprio proferimento.

Evidentemente, o proferimento de *B* é suportado pelo estado informacional 4c, no qual ele se encontra depois da atualização com o proferimento de *A*.

Devem existir situações nas quais isto é suficiente e onde o intercâmbio esteja correto. Mas suponha que *B* não esteja bem certo em relação às informações de *A*. Pode ser que, em relação a quem esteja caminhando no parque e a quem esteja usando que tipo de sapato, as informações de *A* sejam compatíveis com as dele. Mas as informações de *A* também podem ser parecidas com as de *C*, que acha que a Cris é quem está usando sapatos de camurça azul, mas cujas informações sobre quem deve estar ou não caminhando no parque são incompatíveis com as de *B*. Se há esta incerteza sobre qual é o conhecimento que eles compartilham, o uso que *B* faz da anáfora não parece assim tão correto. Nesta situação, *B* provavelmente continuaria o proferimento de *A* da seguinte maneira:

(13) *B*: Então é a Bia. (Bia está usando sapatos de camurça azul.)

O “então” em (13) indica que *B* tira uma conclusão a partir de suas próprias informações iniciais, atualizadas através daquilo que *A* disse. Isto faz com que *A* consulte suas próprias informações para saber se ele pode compartilhar aquela conclusão ou não⁴¹.

Uma coisa sugerida por esta observação é que se o uso que um falante *B* faz de uma anáfora num contexto discursivo criado por um falante *A* é adequado, não é apenas a própria informação de *B* sobre o mundo, e as informações discursivas relacionadas a ela, que importa. As informações que os participantes do discurso têm uns dos outros são igualmente relevantes. Em poucas palavras, para que o proferimento de *B* seja adequado, ele precisa acreditar que haja bastante consenso sobre a constituição do objeto parcial posto em discussão por *A*, de forma a suportar a correferência coordenada⁴². A falta de certeza suficiente em relação a isto não inibe completamente a habilidade de *B* em empregar uma anáfora relacionada a um antecedente introduzido por *A*, mas ele precisa embuti-la em operadores como o “então”, que convida *A* educadamente a testar se ele pode concordar com a conclusão a que *B* chegou sobre o item discursivo introduzido por *A*. Sem o “então”, *B* pareceria estar impondo a *A* uma atualização, ou seja, que *A* aceitasse aquilo que *B* concluiu por si próprio sobre o item discursivo introduzido por *A*. Quanto mais *A* e *B* estiverem de acordo em relação ao objeto informacional supostamente compartilhado, mais fácil é para *B* usar incondicionalmente estas anáforas.

⁴¹ Para outras observações e mais análises sobre a função dinâmica dessas expressões modais, ver Vermeulen (1994, capítulo 5).

⁴² A incorporação destas informações de alto nível na arquitetura dos estados informacionais foi estudada em Groeneveld (1995) e Gerbrandy (1998).

4.5. OUVIR DIZER

Da forma como descrevemos a situação na qual *B* diria (13), ao invés da sentença não condicionada (12), *B* conta com a possibilidade de que as informações de *A* sejam incompatíveis com as suas. No entanto, isto não é essencial. Se *B* também estiver convencido de que as informações de *A* estejam corretas, igualmente seguro sobre suas próprias informações e tiver todas as razões do mundo para acreditar que a atitude de *A* em relação às suas informações seja confiável, então as regras do uso da língua ainda parecem obrigar que, se o proferimento de *B* for suportado por suas próprias informações atualizadas através daquilo que *A* disse, e não apenas por suas próprias informações diretamente, *B* deve qualificar explicitamente seu proferimento como sendo parcialmente fundamentado naquilo que *A* já disse.

Considere o seguinte caso. *A* foi visitar *B* em seu apartamento, do qual se avista um parque. Já está no meio da noite. *B* está preparando mais uma bebida na cozinha. *A* está olhando pela janela, e vê uma mulher no parque iluminada pela luz dos postes. Ele narra sua observação:

(14) *A*: Uma mulher está caminhando no parque.

Fundamentado em sua longa experiência, *B* sabe que sempre que uma mulher está caminhando no parque a estas horas da noite ela está levando o cachorro para passear. Ele não tem nenhum motivo para desconfiar daquilo que *A* disse que viu. Portanto, através de um simples *modus ponens*⁴³, seu estado informacional seguramente suporta:

(15) *B*: Ela está levando o cachorro para passear.

Mas *B* não precisa dizer isso desta maneira. Ele poderia ter dito algo como:

(16) *B*: Então ela deve estar levando o cachorro para passear.

Isto levaria *A* a reinspecionar a situação, respondendo com algo do tipo:

(17) *A*: É, é isso aí.

Da mesma forma como se *B* tivesse perguntado:

(18) *B*: Ela está levando o cachorro para passear?

A asserção não condicionada (15) só estaria correta se, de acordo com o proferimento de *A*, *B* tivesse olhado ele mesmo pela janela e visto a mulher e o cachorro⁴⁴.

⁴³ Ainda que um *modus ponens* dinâmico.

⁴⁴ Observe que não é apenas a cancelabilidade potencial da generalização observacional de *B* que licencia o "então" em seu proferimento. Ele não é menos necessário na seguinte interação (um pouco esquisita):

Parece que as regras discursivas são bastante rígidas em relação a isto. Independentemente de quão certos estejamos sobre nossas próprias informações, e sobre as informações dos outros participantes do discurso, se acreditamos que se ϕ então ψ , e alguém nos diz que ϕ , podendo assim concluir que ψ , mesmo assim não podemos agir como se ψ , precisamos antes qualificar nosso proferimento de ψ de forma a deixar claro que ψ não é compatível apenas com nossas próprias informações (diretas), mas que ele é uma conclusão tirada a partir de nossas próprias informações junto com aquilo que os outros participantes nos disseram.

Alguém pode estar se perguntando por que as regras conversacionais são tão cautelosas em relação a isto? A resposta, acreditamos, é que esta é uma medida de segurança contra os riscos da combinação de informações oriundas de diferentes fontes. Uma pessoa A pode estar num estado informacional compatível com ϕ , consistente tanto com ψ quanto com “não ψ ”. Uma pessoa B pode estar num estado informacional consistente com ϕ e ainda compatível com “se ϕ então ψ ”. A estaria em condições de proferir ϕ . B não teria porque não atualizar seu estado informacional com esta informação. Se ele faz isto, tratando esta nova informação da mesma forma que sua própria informação do condicional “se ϕ então ψ ”, então ele atinge um estado compatível com ψ . Assim, ele estaria apto a proferir ψ . Como ψ é consistente com o estado informacional de A , não há motivo para que A não atualize, por sua vez, seu estado informacional com esta informação.

No entanto, se A percebe que o que justifica B dizer que ψ é sua crença de que “se ϕ então ψ ”, então A poderia resistir mais à atualização do seu estado informacional através do proferimento de ψ por B . O próprio A pode não acreditar que “se ϕ então ψ ”. Na verdade, ele pode até ter boas razões para duvidar que “se ϕ então ψ ”. Assim, estando consciente da discrepância entre as informações, ele poderia iniciar uma polêmica sobre isto, ao invés de simplesmente atualizar seu estado informacional como ψ . A função de uma qualificação modal em “Então ψ ” é justamente a de tornar explícito o fato de que ψ é uma conclusão tirada a partir da combinação das próprias informações junto com aquilo que foi dito. Enquanto um proferimento sem maiores qualificações de ϕ por B sugere que A atualize seu estado informacional com ϕ , se ele puder fazer isto consistentemente, um proferimento de

- (i) A : A água está fervendo.
 B : Então ela está a 100°C.

Apenas se B estivesse auferindo a temperatura através de um termômetro dentro da água (imagine que A e B são estudantes em uma aula de Ciências) é que ele poderia dizer:

- (ii) Ela está a 100°C.

Observe, contudo, que enquanto em (16) “deve estar” soe melhor do que “está”, vale o contrário para (i). Acreditamos que isto deva estar relacionado ao fato de se levar ou não em consideração a cancelabilidade. Para uma explicação sobre um argumento cancelável numa perspectiva dinâmica, ver Veltman (1996).

“Então ψ ” sugere que A teste se suas informações são compatíveis com ψ . Se o teste falha, pode se iniciar uma discussão sobre por que B acredita que, dado ϕ , é necessário que ψ . Durante a discussão, A pode ser convencido por B de que ψ , ou não.

Em outras palavras, para se justificar o proferimento de uma asserção ϕ sem maiores qualificações num discurso, ela deve ser compatível apenas com suas próprias informações diretas. Um proferimento de “Então ϕ ” só se justifica se ele for compatível com suas próprias informações diretas, atualizadas com os proferimentos dos outros participantes. A regra parece ser curta e grossa, ela precisa ser obedecida mesmo quando estamos convencidos da exatidão das nossas próprias informações e das informações dos outros participantes do discurso. Felizmente, em sua profunda sabedoria, a língua preserva seus falantes de suas próprias fraquezas.

5. OBSERVAÇÕES FINAIS

Começamos este artigo com um esboço de alguns desenvolvimentos nas análises linguística e filosófica do significado, ocorridos no século XX. O panorama fregeano, segundo o qual o significado é algo independente do mundo, não determinado pelo contexto e ainda independente das intenções comunicativas e das informações que os usuários da língua têm, por mais produtiva que tenha sido, acabou não conseguindo escapar de algumas críticas. O ideal do significado enquanto relação estática e pictórica entre a língua e a realidade parece insustentável, tanto filosófica quanto linguisticamente.

A Semântica Dinâmica parece ser um passo promissor na direção de uma noção de significado que satisfaz algumas destas críticas. Ela relaciona, através de princípios, o significado com a interpretação, concebida como um processo que relaciona unidades maiores do que apenas sentenças isoladas. Não se trata, portanto, de divulgar um novo *slogan* (A : “Significado é conteúdo vericondicional!”; B : “Não, significado é potencial de mudança de contexto!”), mas sim de desenvolver um aparato lógico e conceitual que é adequado para implementar esta ideia, e aplicá-lo a fenômenos concretos.

Mostramos a dinâmica funcionando através da análise informal de algumas relações anafóricas exibidas pela quantificação restringida contextualmente. Um elemento importante desta análise é a incorporação das informações discursivas – algo que se aproxima das informações sobre o mundo. Isto nos permite implementar efetivamente esta antiga ideia, ainda que tenhamos consciência de que o que apresentamos neste artigo foi o rascunho de um protótipo, e não uma máquina real, pronta para enfrentar uma estrada.

O fato de que as informações digam respeito não apenas ao mundo, mas também ao discurso, não serve para lidar apenas com os fenômenos apresentados aqui. A noção de significado a que se chegou não está voltada apenas para o mundo, mas também está essencialmente relacionada à forma como as informações sobre o mundo estão codificadas nas expressões que veiculam este significado. Assim, o significado já incorpora intrinsecamente, no “nível microscópico” dos sintagmas e das sentenças, algum movimento hermenêutico. Além disso, a fonte da qual as informações se originam também tem importância crucial. A distinção entre informação direta e indireta desempenha um papel importante, assim como a distinção entre informação perceptual e informação que adquirimos através da própria língua. Mas, principalmente, vimos que as intenções (comunicativas) e sua (in)acessibilidade são fundamentais. A ideia de que a língua sozinha nos capacita a falar dos objetos do mundo é insustentável. Os “itens”, que têm um papel central, correspondem a objetos (se tudo estiver de acordo), mas eles são essencialmente construções: às vezes de um único agente, às vezes de todos os agentes envolvidos no discurso. Informações de ordem superior (ou seja, informações sobre informações dos outros agentes) desempenham um papel decisivo aqui. Contudo, o fato de que estes aspectos podem ser proveitosamente analisados sem recorrermos a representações lógicas ou mentais e que, portanto, podemos nos manter neutros em relação à questão de estarmos ou não obrigados a algum tipo de mentalismo, é uma vantagem adicional da Semântica Dinâmica. Isto não apenas nos permite satisfazer um dos principais fundamentos da semântica fregeana, mas também torna mais viável a combinação de uma abordagem formal para o significado das línguas naturais com a perspectiva segundo Wittgenstein sobre a natureza social da relação entre significado e língua.

RESUMO

O presente artigo delinea o lugar da semântica dinâmica dentro de um quadro mais amplo de desenvolvimentos nas teorias linguísticas e filosóficas sobre o significado. Alguns conceitos básicos da semântica dinâmica são apresentados através de uma análise detalhada das descrições anafóricas definidas e indefinidas, que são tratadas como expressões quantitativas dependentes do contexto. Demonstra-se aqui como a perspectiva dinâmica lança novas luzes sobre a natureza contextual da interpretação, sobre a diferença entre monólogo e diálogo, e sobre a interação entre informação direta e indireta.

Palavras-chave: semântica dinâmica; contexto; anáfora; referência.

ABSTRACT

The paper sketches the place of dynamic semantics within a broader picture of developments in philosophical and linguistic theories of meaning. Some basic concepts of dynamic semantics are illustrated by means of a detailed analysis of anaphoric definite and indefinite descriptions, which are treated as contextually dependent quantificational expressions. It is shown how a dynamic view sheds new light on the contextual nature of interpretation, on the difference between monologue and dialogue, and on the interplay between direct and indirect information.

Keywords: dinamic semantics; context; anaphora; reference.

REFERÊNCIAS

- BAR-HILLEL, Yehosha. Indexical expressions. *Mind*, v. 63, p. 359-379, 1954.
- BEAVER, David. *Presupposition and Assertion in Dynamic Semantics*. PhD thesis, University of Edinburgh, 1995.
- BEAVER, David. Presupposition. In: VAN BENTHEM, Johan; TER MEULEN, Alice (Eds.). *Handbook of Logic and Language*. Amsterdam/Cambridge, Mass.: Elsevier/MIT Press, 1997. p. 939-1008.
- CHIERCHIA, Gennaro. *Dynamics of Meaning. Anaphora, Presupposition, and the Theory of Grammar*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- CROCKER, Matthew W. *Computational Psycholinguistics – An Interdisciplinary Approach to the Study of Language*. Dordrecht: Kluwer, 1996.
- DEKKER, Paul. Existential disclosure. *Linguistics and Philosophy*, v. 16, p. 561-587, 1993.
- DUMMETT, Michael. *Origins of Analytical Philosophy*. London: Duckworth, 1993.
- FØLLESDAL, Dagfinn. Husserl's notion of noema. In: DREYFUS, Hubert L.; HALL, Harrison (Eds.). *Husserl, Intentionality and Cognitive Science*, p. 73-80. Cambridge, Mass.: MIT, 1982.
- FRANCEZ, Nissim; BERG, Jonathan. A multi-agent extension of drt. Technical Report LCL 949, Technion – Israel Institute of Technology, Haifa, 1994.
- FREGE, Gottlob. Über Sinn und Bedeutung. *Zeitschrift für Philosophie und Philosophische Kritik*, v. 100, p. 25-50, 1892.
- GERBRANDY, Jelle. *Bisimulations on Planet Kripke*. PhD thesis, ILLC/Department of Philosophy, University of Amsterdam, 1998.
- GROENENDIJK, Jeroen; STOKHOF, Martin. Dynamic montage grammar. In: KÁLMÁN, Lászlo; PÓLOS, Lászlo (Eds.). *Papers from the Second Symposium on Logic and Language*, p. 3-48, Boedapest, 1990. Akadémiai Kiadó.
- GROENENDIJK, Jeroen; STOKHOF, Martin. Dynamic predicate logic. *Linguistics and Philosophy*, v. 14, p. 39-100, 1991.
- GROENENDIJK, Jeroen; STOKHOF, Martin. Questions. In: VAN BENTHEM, Johan; TER MEULEN, Alice (Eds.). *Handbook of Logic and Language*. Amsterdam/Cambridge, Mass.: Elsevier/MIT Press, 1997. p. 1055-1124.

GROENENDIJK, Jeroen; STOKHOF, Martin; VELTMAN, Frank. Coreference and contextually restricted quantification. In: SIMMONS, M.; GALLOWAY, T. (Eds.). *Proceedings of the Fifth Conference on Semantics and Linguistic Theory*, p. 112-129. Ithaca: CLC Publications, 1995.

GROENENDIJK, Jeroen; STOKHOF, Martin; VELTMAN, Frank. Coreference and modality. In: LAPPIN, Shalom (Ed.). *The Handbook of Contemporary Semantic Theory*, p. 179-216. Oxford: Blackwell, 1996a.

GROENENDIJK, Jeroen; STOKHOF, Martin; VELTMAN, Frank. This might be it. In: SELIGMAN, Jerry; WESTERSTÅHL, Dag (Eds.). *Proceedings of the 1994 Moraga Workshop*, p. 255-270. Stanford: CSLI, 1996b.

GROENENDIJK, Jeroen; STOKHOF, Martin; VELTMAN, Frank. Coreference and modality in multi-speaker discourse. In: KAMP, Hans; PARTEE, Barbara (Eds.). *Context-Dependence in the Analysis of Linguistic Meaning*, p. 195-217. Stuttgart: IMS, 1997.

GROENEVELD, Willem. *Logical Investigations into Dynamic Semantics*. PhD thesis, ILLC/ Department of Philosophy, University of Amsterdam, 1995.

HEIM, Irene. *The Semantics of Definite and Indefinite Noun Phrases*. PhD thesis, UMass, Amherst, 1982. Appeared in 1989 at Garland, New York.

HEIM, Irene. File change semantics and the familiarity theory of definiteness. In: BÄUERLE, Rainer; SCHWARZE, Christoph; VON STECHOW, Arnim (Eds.). *Meaning, Use and Interpretation of Language*, p. 164-189. Berlin: de Gruyter, 1983.

HINTIKKA, Jaakko. *The Game of Language*. Dordrecht: Reidel, 1983.

HINTIKKA, Jaakko; SANDU, Gabriel. Game-theoretical semantics. In: VAN BENTHEM, Johan; TER MEULEN, Alice (Eds.). *Handbook of Logic and Language*. Amsterdam/Cambridge, Mass.: Elsevier/MIT Press, 1997. p. 361-410.

JANSSEN, Theo. Compositionality. In: VAN BENTHEM, Johan; TER MEULEN, Alice (Eds.). *Handbook of Logic and Language*. Amsterdam/Cambridge, Mass.: Elsevier/MIT Press, 1997. p. 417-474.

KAMP, Hans. A theory of truth and semantic representation. In: GROENENDIJK, Jeroen; JANSSEN, Theo; STOKHOF, Martin (Eds.). *Formal Methods in the Study of Language*, p. 141. Amsterdam: Mathematisch Centrum, 1981.

KAMP, Hans. Comments on J. Groenendijk & M. Stokhof Dynamic predicate logic. In: VAN BENTHEM, Johan; KAMP, Hans. (Eds.). *Partial and Dynamic Semantics*, v I. Edinburgh: CCS, 1990.

KAMP, Hans; REYLE, Uwe. *From Discourse to Logic*. Dordrecht: Kluwer, 1993.

KARTTUNEN, Lauri. Discourse referents. In: McCAWLEY, James D. (Ed.). *Syntax and Semantics*, v. 7 (Notes from de Linguistic Underground), p. 363-385. New York: Academic Press, 1976.

KRAHMER, Emiel. *Discourse and Presupposition*. PhD thesis, University of Tilburg, 1995.

LANDMAN, Fred. *Towards a Theory of Information*. PhD thesis, Department of Philosophy, University of Amsterdam, 1986.

LUDLOW, Peter; NEALE, Stephen. Indefinite descriptions: In defense of Russell. *Linguistics and Philosophy*, v. 14, p. 171-202, 1991.

McINTYRE, Ronald; SMITH, David Woodruff. *Husserl and Intentionality: A Study of Mind, Meaning, and Language*. Dordrecht: Reidel, 1982.

McINTYRE, Ronald; SMITH, David Woodruff. Husserl's identification of meaning and noema. In: DREYFUS, Hubert L.; HALL, Harrison (Eds.). *Husserl, Intentionality and Cognitive Science*, p. 81-92. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1982.

- MUSKENS, Reinhard; VAN BENTHEM, Johan; VISSER, Albert. Dynamics. In: VAN BENTHEM, Johan; TER MEULEN, Alice (Eds.). *Handbook of Logic and Language*. Amsterdam/Cambridge, Mass.: Elsevier/MIT Press, 1997. p. 587-649.
- NEALE, Stephen. *Descriptions*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1993.
- PARTEE, Barbara; HENDRIKS, Herman. Montague grammar. In: VAN BENTHEM, Johan; TER MEULEN, Alice (Eds.). *Handbook of Logic and Language*. Amsterdam/Cambridge, Mass.: Elsevier/MIT Press, 1997. p. 5-92.
- SALMON, Nathan. *Reference and Essence*. Oxford: Blackwell, 1982.
- SEARLE, John. *Intentionality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- VAN BENTHEM, Johan; TER MEULEN, Alice (Eds.). *Handbook of Logic and Language*. Amsterdam/Cambridge, Mass.: Elsevier/MIT Press, 1997.
- VAN EIJCK, Jan. The dynamics of description. *Journal of Semantics*, v. 10, p. 239-267, 1993.
- VELTMAN, Frank. Defaults in update semantics. *Journal of Philosophical Logic*, v. 25, 1996.
- VERMEULEN, Kees. *Explorations of the Dynamic Environment*. PhD thesis, University of Utrecht, 1994.
- WESTERSTÅHL, Dag. Determiners and context sets. In: VAN BENTHEM, Johan; TER MEULEN, Alice (Eds.). *Generalized Quantifiers in Natural Language*, p. 45-71. Dordrecht: Foris, 1984.
- ZEEVAT, Henk. Presupposition and accommodation in update semantics. *Journal of Semantics*, v. 9, p. 379-412, 1992.